



POBREZA MENSTRUAL E DESIGUALDADE DE GÊNERO: O OLHAR DE PROFESSORAS E PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS

LA POBREZA MENSTRUAL Y LA DESIGUALDAD DE GÉNERO: LA VISIÓN DE LOS PROFESORES DE ESCUELAS PÚBLICAS

MENSTRUAL POVERTY AND GENDER INEQUALITY: THE VIEW OF TEACHERS FROM PUBLIC SCHOOLS

*Táisi Corrêa da Silva Ledur*¹

*Lisiane Machado de Oliveira-Menegotto*²

*Carmem Regina Giongo*³

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir os desafios da escola diante da pobreza menstrual, considerando a percepção de professoras e professores de escolas públicas. A pesquisa adotou um delineamento exploratório e descritivo, com uso de metodologia qualitativa. Foram entrevistadas(os) doze docentes, sendo oito mulheres e quatro homens. Para a coleta de dados, foram aplicados um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada. Os materiais coletados foram submetidos à análise de conteúdo. Os resultados revelaram que ainda há um desconhecimento sobre as leis relacionadas ao combate à pobreza menstrual e aos procedimentos adotados pelas escolas para a distribuição de absorventes. Conclui-se que apenas a distribuição de absorventes desvinculada de uma abordagem educativa e de acolhimento pode resultar em uma postura silenciosa que perpetua a desigualdade de gênero e a opressão da menstruação.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza menstrual. Políticas públicas. Escola pública.

¹ Mestra em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Doutora em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS). Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil.

³ Doutora em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo discutir los desafíos que enfrenta la escuela ante la pobreza menstrual, considerando la percepción de docentes de escuelas públicas. La investigación adoptó un diseño exploratorio y descriptivo, utilizando una metodología cualitativa. Se entrevistaron a doce docentes, de los cuales ocho eran mujeres y cuatro hombres. Para la recolección de datos, se aplicaron un cuestionario sociodemográfico y una entrevista semiestructurada. Los materiales recolectados fueron sometidos a un análisis de contenido. Los resultados revelaron que aún existe un desconocimiento sobre las leyes relacionadas con la lucha contra la pobreza menstrual y sobre los procedimientos adoptados por las escuelas para la distribución de productos sanitarios. Se concluye que la mera distribución de productos sanitarios, desvinculada de un enfoque educativo y de apoyo, puede resultar en una postura silenciosa que perpetúa la desigualdad de género y la opresión relacionada con la menstruación.

PALABRAS-CLAVE: Pobreza Menstrual. Políticas Públicas. Escuelas Públicas.

ABSTRACT

This study aims to discuss the challenges faced by schools regarding menstrual poverty, considering the perceptions of teachers from public schools. The research employed an exploratory and descriptive design, utilizing a qualitative methodology. Twelve educators were interviewed, including eight women and four men. Data collection involved administering a sociodemographic questionnaire and conducting semi-structured interviews. The collected materials were subjected to content analysis. The results revealed a persistent lack of awareness regarding laws related to combating menstrual poverty and the procedures adopted by schools for distributing sanitary products. It is concluded that the mere distribution of sanitary products, when not accompanied by an educational and supportive approach, may result in a silent stance that perpetuates gender inequality and menstruation-related oppression.

KEYWORDS: Menstrual Poverty. Public Policies. Public School.

* * *

Introdução

A pobreza menstrual está associada a diversas formas de desigualdade social e relaciona-se à falta de recursos adequados para a vivência da menstruação e de acesso a itens de higiene, saneamento básico e protetores menstruais, interferindo na qualidade de vida, na saúde e na dignidade das pessoas menstruantes. Importante mencionar que optamos por adotar as expressões “pessoas menstruantes”, “corpos menstruantes” e “estudantes menstruantes” pelo fato de a menstruação não estar associada exclusivamente ao corpo de uma mulher. Deste modo, corpos de homens trans, pessoas

transmasculinas, pessoas binárias, pessoas intersexuais, entre outras, também podem ser incluídos na mesma categoria.

A pobreza menstrual é resultado de uma confluência de fatores socioeconômicos e culturais, resultando em barreiras significativas para o acesso a cuidados em saúde, além de limitar a capacidade de participação plena em atividades educacionais, sociais e profissionais. A compreensão deste fenômeno requer uma análise multidimensional que considere a interação entre pobreza, desigualdade de gênero e políticas públicas, destacando a necessidade urgente de intervenções eficazes para promover a equidade e a justiça menstrual (Viviane Caroline de Oliveira *et al.*, 2023; Lorena Marques Heck de Piau Vieira; Luíza Pereira Lopes; Maria Gabriela Ferreira Carvalho, 2021).

Neste debate, é importante considerar que, apesar de a menstruação ser socialmente compreendida como um fenômeno fisiológico, ela é marcada por diversos fatores culturais, socioeconômicos, patriarcais, raciais e capacitistas, que por vezes oprimem as mulheres gerando desigualdade de gênero e dominação, segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2023). Um estudo realizado por essa entidade em conjunto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), revelou que, no Brasil, 713 mil pessoas que menstruam vivem sem acesso a chuveiros ou banheiros na residência e mais de quatro milhões não contam com cuidados de higiene na escola. Além disso, estima-se que seis a cada dez participantes do levantamento já deixaram de ir à escola ou ao trabalho em função dos efeitos da menstruação e 77% se sentiram constrangidas em espaços públicos ou escolares por menstruar (UNFPA, 2022).

O tema da pobreza menstrual recebeu maior atenção no Brasil a partir de 2021, quando a pandemia da COVID-19 agravou a situação de vulnerabilidade social de muitas famílias. Conseqüentemente, a saúde menstrual ganhou destaque na discussão por se tratar de uma questão de saúde pública e afetar a saúde dos corpos menstruantes, impactando negativamente a trajetória educacional e profissional destas pessoas. Apesar da notória visibilidade atribuída ao tema nos últimos anos, os debates que circundam a menstruação e as dificuldades de acesso daquelas que vivem em situação de vulnerabilidade social, necessitam maior visibilidade (Monica Carolina Carvalho Motta; Mariana Alves Peixoto da Rocha Brito, 2022).

O movimento político sobre a garantia de dignidade menstrual teve início em meados dos anos 2010, momento no qual foram apresentadas diversas jurisdições responsáveis pela implementação de legislações voltadas para a garantia de acesso a

produtos menstruais. Essas ações envolveram aspectos como isenções fiscais, programas de distribuição gratuita de itens de higiene em escolas e instituições de caridade e a inclusão desses produtos em programas de assistência social. Apenas em 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a considerar a higiene menstrual um direito humano atrelado à saúde pública (Leticia Sayuri Shiraishi *et al.*, 2022). No Brasil, a Lei Federal nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, criou o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, determinando que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) integrassem absorventes higiênicos (Brasil, 2021).

No entanto, a proposta que previa a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para pessoas menstruantes de baixa renda foi vetada pelo presidente em exercício no período. A justificativa do veto teve como base, em contrariedade ao interesse público, a falta de adequação aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e violação à lei de responsabilidade fiscal e à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021. O veto levantou questões sobre a desigualdade de acesso à saúde menstrual e foi criticado por não atribuir a devida atenção para as necessidades fisiológicas do corpo de quem menstrua. Posteriormente, o Congresso Nacional anulou o veto. O Projeto teve como autoria Marília Arraes, que contou com o apoio da bancada feminina, atuando no combate à pobreza menstrual através da distribuição de absorventes descartáveis (Shiraishi *et al.*, 2022).

Recentemente, em 8 de março de 2023, foi autorizado o Decreto nº 11.432 (Brasil, 2023), que regulamentou a Lei nº 14.214/2021 (Brasil, 2021), e que instituiu o Programa de Proteção e Promoção de Saúde Menstrual, assegurando a distribuição gratuita de absorventes e considerando-os como item básico em relação à saúde menstrual. O decreto possui o objetivo de combater a precariedade menstrual, incluindo socialmente *pessoas menstruantes* (grifo nosso), por meio da garantia de cuidados básicos e promover a saúde menstrual. A distribuição dos absorventes deve ser realizada em locais que abrangem áreas de saúde (postos de saúde), de assistência social, de educação (escolas públicas) e de segurança pública (presídios). Cabe ressaltar que em ambos os documentos legais, a referência é dada às meninas e às mulheres. Entretanto, considerando a perspectiva de representatividade adotada neste estudo, utilizaremos os termos pessoas menstruantes, corpos menstruantes e estudantes menstruantes.

A iniciativa possui como público-alvo estudantes de baixa renda matriculadas(os) em escolas da rede pública de ensino, pessoas em situação de rua ou em situação de

vulnerabilidade social extrema, privadas de liberdade, recolhidas em unidades do sistema penal e internadas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa. Nesses casos, a distribuição dos absorventes deve ser gratuita. O custeio das ações previstas será incluso na verba disponibilizada pela União ao SUS, garantindo acesso gratuito para quem necessitar do item (Brasil, 2021).

Importante destacar que outras propostas anteriores à Lei Federal já haviam sido aprovadas nas esferas municipais, como por exemplo, a iniciativa de distribuição de absorventes para estudantes do ensino público através do Projeto de Lei nº 798, pleiteado em 2018, pelo vereador Leonel Brizola Neto. Em junho de 2019, o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas municipais tornou-se Lei no Rio de Janeiro (Shiraishi *et al.*, 2022). Além disso, municípios como São José em Santa Catarina, São João Del-Rei em Minas Gerais e São Paulo no estado de São Paulo, propuseram projetos semelhantes com a intenção de promover a Saúde Menstrual através da distribuição de absorventes íntimos.

No estado do Rio Grande do Sul, território de desenvolvimento da presente pesquisa, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei nº 073, que propõe a criação do Programa Municipal de Fornecimento de Absorventes Higiênicos (PMFAH) em escolas públicas municipais do estado (Campo Bom, 2021). O objetivo principal do programa é garantir o acesso gratuito a absorventes descartáveis para estudantes nas escolas, visando combater a precariedade menstrual e reduzir faltas em dias letivos durante o período menstrual. A iniciativa busca promover a saúde, garantir a dignidade menstrual e minimizar os impactos negativos no rendimento escolar decorrentes da falta de acesso a itens básicos para o manejo menstrual.

O debate acerca da pobreza menstrual não pode estar desvinculado das problematizações acerca da desigualdade de gênero. Sabe-se que os impactos gerados pela falta de acesso à higiene e à saúde acirram as desigualdades, tanto na perspectiva de gênero, como na perspectiva social. Isso porque, a menstruação, a partir de um determinismo biológico, é considerada como um fator que inferioriza a pessoa menstruante (Caroline Luiza Willig; Saraí Patrícia Schmidt, 2024).

A desigualdade de gênero, enquanto categoria de estudo, foi objeto de atenção do trabalho de Simone de Beauvoir (2016). Na obra “O segundo sexo”, a filósofa, que é referência no movimento feminista, situa que historicamente há um lugar social de privilégio para o pênis, em detrimento da menstruação, que é tida como uma espécie de maldição. Assim, o primeiro simboliza virilidade, enquanto o segundo inferioridade.

Paradoxalmente, o sangue menstrual não provém da violência, mas é alvo de rechaço e estigma, o que coloca as pessoas menstruantes em uma posição de disparidade e vulnerabilidade (Willig; Schmidt, 2024). Assim, a menstruação é permeada, ao longo da história da humanidade, por estigmas que produzem e reproduzem sistematicamente disparidade entre os gêneros (Beatriz Flugel Assad, 2021; Willig; Schmidt, 2024).

Nessa perspectiva, a pobreza menstrual é uma problemática que se coloca em evidência tanto no campo das desigualdades sociais como de gênero. Trata-se de um tema que ainda demanda muitos estudos, considerando que seu debate é recente, sobretudo no contexto brasileiro. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo discutir os desafios da escola diante da pobreza menstrual, considerando a percepção de professoras e professores de escolas públicas.

Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória busca explorar fenômenos pouco conhecidos ou estudados, enquanto a pesquisa descritiva justifica-se por descrever e interpretar as expressões e as falas das(os) entrevistadas(os) (Antônio Carlos Gil, 2008).

O campo empírico desta pesquisa foi um município da região do Vale dos Sinos, onde foram escolhidas duas escolas públicas, nomeadas neste artigo como A e B. A escola A localiza-se em uma região de classe média, atendendo 628 alunas e alunos. Já a escola B está localizada em um bairro periférico e atende 306 estudantes. Ambas as escolas possuem ampla infraestrutura, incluindo saneamento básico, água potável e instalações de banheiros adequados, que são fatores que contribuem para a promoção de dignidade menstrual, conforme as “Recomendações para implementação de iniciativas de promoção da Dignidade Menstrual” (UNFPA, 2023). Importante destacar que o município em questão conta, desde 2022, com o Programa Municipal de Fornecimento de Absorventes.

As(Os) participantes desta pesquisa foram professoras e professores do oitavo e nono ano do ensino fundamental. A escolha por entrevistar especialmente docentes deu-se pela importância de seu papel no combate à pobreza menstrual. Esta escolha também encontra respaldo na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que determina que os conteúdos de sexualidade e reprodução sejam ministrados nos últimos anos do ensino fundamental.

Visando preservar a identidade das(os) entrevistadas(os), as(os) participantes foram identificadas(os) por nomes fictícios. Na Escola A, foram entrevistadas Dália e Lis, que atuavam como professoras de português e inglês, Bromélia, que era professora de matemática, e Gérbera, que era professora de ciências. Os professores foram nomeados como Manjerição, que lecionava na área da educação física, e Girassol, que atuava como professor de história.

Na Escola B, as professoras Aurora e Jasmim atuavam na área de educação física, Violeta era professora de ciências e Flora era professora de português e inglês. Os professores desta escola foram Cravo, que era professor de história, e Alecrim, que atuava como professor de inglês.

As(Os) entrevistadas(os) possuíam idades entre 31 e 50 anos. As religiões declaradas foram: evangélicos (5), católicos (3), espíritas (2), sem identificação religiosa (2). O tempo de trabalho das professoras e dos professores na mesma escola, variou entre oito meses e 31 anos. Em relação à responsabilidade financeira familiar, sete participantes declararam ser as principais pessoas responsáveis, duas(dois) mencionaram que seus(suas) cônjuges assumiam essa responsabilidade e três afirmaram que a responsabilidade é igualmente compartilhada entre os(as) parceiros(as).

Como instrumentos para a coleta de dados foram utilizados um questionário sociodemográfico que teve como objetivo caracterizar as(os) participantes e uma entrevista semiestruturada. As entrevistas, portanto, foram conduzidas a partir de um roteiro que permitiu flexibilidade e inclusão de perguntas adicionais.

Os procedimentos de coleta de dados iniciaram com a obtenção de autorização da Secretaria de Educação e Cultura do município participante para a realização da pesquisa. Após a autorização, a equipe diretiva das escolas foi contatada, sendo estas receptivas à proposta de pesquisa. Realizou-se um levantamento do número de professoras e professores nas escolas, seguido por um sorteio das(os) participantes. Os sorteados estavam em hora atividade, momento em que planejam as aulas e todos aceitaram o convite, demonstrando disponibilidade e interesse em participar da pesquisa. Após o aceite do convite, a(o) docente foi encaminhada(o) para uma sala reservada para a realização da entrevista individual.

Na sala, cada participante recebeu esclarecimentos por meio de um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e, logo em seguida, preencheu um questionário sociodemográfico. Em seguida, foi iniciada a entrevista semiestruturada, que foi gravada no celular da entrevistadora. Finalizada a conversa, os arquivos foram

transferidos para o computador e deletados do celular, para garantir ética e confidencialidade. O material foi transcrito na íntegra e submetido à análise de conteúdo.

A análise de conteúdo foi realizada por meio do Método de Construção Iterativa de Christian Laville e Jean Dionne (1999), pois é compatível com estudos de caráter exploratório, quando o fenômeno ainda não é bem conhecido pelas pesquisadoras. Este método está organizado em três etapas: a codificação, a categorização e a interpretação. Na primeira etapa, as entrevistas foram exaustivamente lidas para a codificação, que consiste em decifrar o sentido das expressões e palavras utilizadas pelas(os) entrevistadas(os). No segundo momento, criaram-se as categorias a partir de expressões e termos que se destacaram nas falas das(os) entrevistadas(os) e que se relacionavam entre si. Por fim, na terceira etapa, a interpretação, foi o momento em que o esquema de categorização foi utilizado para formular uma explicação do fenômeno estudado.

Discussão dos Resultados

A partir da análise dos dados foram organizadas três categorias, as quais serão apresentadas e discutidas nesta seção: a) “Pobreza menstrual: entre o desconhecimento e as lacunas formativas das docentes e dos docentes”, que aborda o desconhecimento das professoras e dos professores acerca da pobreza menstrual, a ausência de espaços para discussões sobre menstruação e educação sexual, além da falta de formação sobre o programa municipal e a distribuição de absorventes; b) “Para além da pobreza menstrual: tabus acerca da sexualidade na escola”, que discute os elementos subjacentes ao desconhecimento dos processos acerca da pobreza menstrual; e, c) “Reflexos da Desigualdade de Gênero no contexto escolar como dificultador do combate à pobreza menstrual”, que problematiza as expressões da disparidade de gênero presentes no ambiente escolar.

Pobreza menstrual: entre o desconhecimento e as lacunas formativas das docentes e dos docentes

A escola passou a ser um dos locais de atuação no combate à pobreza menstrual a partir de outubro de 2021, com a sanção da Lei Federal nº 14.214 (Brasil, 2021). Este local, assim como os postos de saúde, penitenciárias, casas de detenção e hospitais,

passaram a ser responsáveis pela distribuição gratuita de absorventes descartáveis para pessoas menstruantes em situação de vulnerabilidade social. Logo, após o Programa de Promoção a Dignidade Menstrual instituído pela Lei nº 14.214, a temática da pobreza menstrual ganhou força, contribuindo para que outros municípios aderissem à pauta propondo suas próprias políticas.

Em novembro de 2021, depois da sanção da Lei nº 14.214 (Brasil, 2021), o município onde a pesquisa foi aplicada encaminhou o Projeto de Lei nº 073/2021, que visa distribuir absorventes descartáveis nas escolas municipais para as meninas em situação de vulnerabilidade social. A aprovação do Projeto de Lei institui o Projeto Municipal de Fornecimento de Absorventes nas escolas, que iniciou as práticas em 2022.

A partir das entrevistas, foi possível perceber que a maioria das docentes e dos docentes não conhecia o Projeto de Lei do município, nem mesmo a Lei Federal sobre pobreza menstrual: “Primeiro, o que é? Eu sinceramente eu não sei. Esse termo assim não é familiar para mim mesmo como professora” (Jasmim, informação verbal). Em ambas as escolas, as(os) entrevistadas(os) expressaram a falta de clareza sobre a origem e os protocolos internos adotados para colocar em prática a distribuição dos absorventes, demonstrando uma fragilidade na comunicação e na transparência de informações sobre o tema no ambiente escolar. A professora Aurora, ao mencionar a sua experiência, demonstra insegurança ao falar do procedimento de entrega do item de higiene menstrual às pessoas menstruantes:

Foi aqui na escola, que eu vi, um dia eles chamaram as meninas para ir com a mochila. Então eu perguntei o que aconteceu? Por que elas vão sair e vão embora? Daí as professoras me informaram que elas vão receber os absorventes. Não sei se é a prefeitura, porque acho que deve ser a prefeitura. Não entrei em detalhes, nem sei como é que funciona (Aurora, informação verbal).

A narrativa da entrevistada, que descobriu a distribuição de absorventes por acaso, sem entender totalmente os detalhes do processo, também destaca a carência de informação entre os demais profissionais da escola. Este relato aponta para uma lacuna no processo de formação da equipe escolar sobre a pobreza menstrual e os protocolos que contribuem para a garantia de direitos de alunas e alunos. Além disso, a falta de clareza acerca dos protocolos adotados pode corroborar para o estabelecimento de uma cultura do silêncio em torno da temática da menstruação, dificultando o acesso ao

benefício. Importante também pontuar a perpetuação da naturalização de que quem menstrua é necessariamente uma menina ou uma mulher. Esta questão ficou destacada nas falas de todas as professoras e os professores, o que remete ao que Yonier Alexander Orozco Marín e Suzani Cassiani (2021) referem sobre a hegemonia da lógica binária e da heteronormatividade, como atravessamentos sociais que naturalizam a cisgeneridade como padrão.

Outro entrevistado, apesar de não conhecer o programa municipal, se mostrou disponível para contribuir com o encaminhamento de estudantes que necessitam de absorventes descartáveis: “Então se eu perceber que a menina precisa de absorvente, como posso fazer para ajudá-la? Encaminho ao posto de saúde?” (Alecrim, informação verbal). Fica evidente que a fala do entrevistado Alecrim revela interesse e disponibilidade em conhecer o processo de acesso aos absorventes. Por outro lado, também denota uma precariedade de informações sobre a realidade menstrual e de como contribuir no contexto escolar.

A Lei Federal nº 14.214 prevê a distribuição de absorventes em postos de saúde para a comunidade mais vulnerável (Brasil, 2021). No entanto, alguns municípios podem viabilizar a oferta dos itens nas escolas, com recursos próprios, o que facilita o acesso de estudantes menstruantes. Mesmo com a implantação de programas municipais, a carência de capacitação das professoras e professores pode inviabilizar a prática pela iniciativa do município, correndo o risco de o programa de distribuição municipal cair em desuso.

Embora as professoras e os professores não sejam incumbidos diretamente de identificar os casos de pobreza menstrual no contexto escolar, estes desempenham um papel fundamental na observação das necessidades emergentes na escola. No município investigado, a responsabilidade de identificação está designada à equipe diretiva, com base em um levantamento de estudantes em situação de vulnerabilidade social, atendidas pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade. No entanto, as professoras e professores são considerados peças-chave na identificação de demandas, no sentido de contribuírem para os processos de reconhecimento e encaminhamento para investigar dificuldades de aprendizagem de alunos e alunas, assim como, problemáticas relacionadas à saúde e à assistência social.

Além disso, a frequência de encontro com alunos e alunas em sala de aula propicia a observação de diferentes realidades presentes em escolas públicas, tornando-

os essenciais na promoção do bem-estar das(os) estudantes e na efetividade de políticas públicas. Porém, quando há uma fragilidade no que se refere à capacitação, este papel importante na identificação das necessidades de alunos e alunas pode ficar comprometido, como revela a professora Lis, que declara pensar que na escola onde atua não existem estudantes que necessitem do programa municipal para garantir dignidade menstrual: “Eu acho que talvez não tenha tanto público para a realidade deles aqui na escola” (Lis, informação verbal).

Segundo Assad (2021), a falta de conhecimento e a discriminação em relação à pobreza menstrual e a menstruação estão intimamente ligadas. A desinformação contribui para a criação de tabus, que por sua vez, continua a sustentar e perpetuar a falta de informações. Neste caso, a falta de capacitação adequada das professoras e dos professores pode contribuir para a perpetuação desses tabus e conseqüentemente para a invisibilidade de alunos e alunas que poderiam se beneficiar do programa municipal.

Em conclusão, nesta categoria foi possível perceber que, em geral, as professoras e os professores não possuem conhecimento aprofundado sobre a Lei Federal e sobre o Programa Municipal de Fornecimento de Absorventes Higiênicos na rede municipal de ensino, assim como, sobre os procedimentos internos da escola. A carência de informações sobre estas leis levam a compreender que a pobreza menstrual não é discutida no contexto escolar, destacando uma lacuna significativa que compromete a conscientização dos direitos de corpos menstruantes. Este cenário prejudica a aplicação do programa municipal e dificulta a identificação das necessidades de estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Para além da pobreza menstrual: tabus acerca da sexualidade na escola

A pobreza menstrual se mostra uma temática complexa, não só por ser um fenômeno com diferentes formas de se manifestar, mas também pelo difícil entendimento do próprio conceito teórico, que exige uma compreensão sensível de realidades vividas por pessoas que enfrentam esse desafio. O conceito da temática está relacionado a um fenômeno interdisciplinar, que afeta os corpos mentruantes por diferentes necessidades, quando negligenciados os direitos de dignidade humana. A violação de direitos neste caso, é causada pela inviabilização de acesso à água potável na moradia, saneamento básico, instalações precárias de banheiros nas residências,

absorventes descartáveis, itens de higiene pessoal e informações sobre menstruação (Ana Carolina Davanso Oliveira Cândido; Maurício Gonçalves Saliba, 2022).

No decorrer das entrevistas, a falta de diálogo sobre a pobreza menstrual foi apontada inúmeras vezes pelos(as) entrevistados(as). Algumas vezes foi mencionado o medo de cobranças de famílias religiosas que não permitem que este assunto seja abordado, outras, a variedade de configuração de famílias presentes na escola, a sobrecarga das professoras e professores e o temor de trabalhar conteúdos que envolvam a menstruação e a sexualidade. Esses fatores podem contribuir para a criação de resistências e gerar barreiras que dificultam a integração eficaz de discussões sobre menstruação e pobreza menstrual no contexto educacional, como por exemplo na fala da professora Dália:

Ah, este assunto eu considero muito delicado. Não deveria ser, porque é natural elas menstruarem. É pouco falado sobre este assunto na escola. Não que a escola seja omissa, mas é que a escola já tem tantas outras demandas (Dália, informação verbal).

Segundo George Miiro *et al.* (2018), o motivo para a falta de acolhimento e de informações sobre a menstruação costuma estar relacionado à dificuldade de abordar assuntos que envolvam a sexualidade. As professoras e professores e responsáveis muitas vezes evitam assuntos como a menstruação para não ter que abordar o tema da sexualidade, sendo que nem sempre se sentem preparados e capacitados para isto, além de estarem sob o efeito de tabus e preconceitos. Ademais, ao considerar que há grandes chances de a menarca, termo utilizado para se referir à primeira menstruação, ocorrer durante o período escolar, a falta de acolhimento e de informações sobre o tema e recursos disponíveis para o manejo adequado da saúde menstrual cria um ambiente propício para a insegurança e outros sentimentos negativos relacionados à menstruação (Cândido; Saliba, 2022). A ausência de apoio e orientação efetiva, nesse caso, abre campo para que a disparidade de gênero continue sendo replicada dentro de um ambiente que deveria contribuir para desconstruí-la através da política de educação menstrual. O estudo de Miiro *et al.* (2018, p. 11) destaca que:

A falta de conhecimento sobre o manejo da higiene menstrual foi uma fonte de ansiedade entre as meninas neste estudo, e isso pode levar a uma gestão inadequada da higiene menstrual. A confiança na gestão da menstruação foi prejudicada pelo desengajamento dos responsáveis e pela falta de acesso a métodos de proteção adequados, principalmente devido à pobreza menstrual.

Embora haja resistência de algumas professoras e professores em abordar discussões que envolvam esta temática, para a professora de ciências esta não é uma opção. Nesse sentido, é importante lembrar, a partir da bell hooks (1999) que o corpo não costuma circular nos discursos da escola. Quando ele se faz presente, sobretudo no ensino de ciência, não raramente é abordado a partir de uma perspectiva predominantemente higienista, determinista, heteronormativa e biomédica (Marín; Cassiani, 2021). Além disso, a menstruação tem sido transmitida, ao longo dos tempos, de modo regular, silenciar e associar-se ao medo, à vergonha e à opressão dos corpos menstruantes (Ornela Zallocco, 2019).

Conforme a entrevistada Violeta, sua disciplina é um dos poucos espaços onde a temática é abordada, gerando sobrecarga e receio ao responder todas as dúvidas de alunas e alunos. A professora considera importante que as questões de sexualidade sejam trabalhadas de forma transversal, integrando todo o corpo docente. Também ressalta que a falta de informações adequadas e seguras contribui para que, segundo suas palavras, as meninas não compreendam que a menstruação tem relação com a sua própria sexualidade.

As meninas não conseguem ainda atribuir a menstruação à sexualidade, a questão do corpo nê. Parece que é uma coisa isolada assim, que tem que ser escondida reprimida ainda hoje, infelizmente. Eu acho que tudo que é ligado a corpo sexualidade é tabu ainda. Eu mesmo na pandemia fiquei com muito medo de trabalhar com eles (Violeta, informação verbal).

A BNCC prevê que no oitavo e nono ano do ensino fundamental sejam trabalhadas temáticas relacionadas ao corpo humano, a sexualidade, a infecções/doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce (Brasil, 2017). As principais habilidades a serem desenvolvidas são: “(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso” (Brasil, 2017). Percebe-se que em nenhum momento a habilidade cita o termo menstruação, assim como, não aborda as mudanças específicas que ocorrem no corpo de uma pessoa menstruante durante este período.

A fala da entrevistada Violeta reflete a realidade de que, mesmo em um contexto educacional, a BNCC parece frágil ao estipular que o desenvolvimento de habilidades se limite ao conhecimento das mudanças ocorridas na puberdade e ao sistema

reprodutor. A menstruação é um fenômeno que revela a sexualidade, por consequência esse assunto é permeado por tabus e não é abordado no contexto escolar, pois ainda gera constrangimentos tanto para as professoras e professores, quanto para alunas e alunos. A hesitação da professora em trabalhar com as alunas e os alunos a temática da educação sexual durante a pandemia demonstra o medo da reação dos familiares, e ao mesmo tempo a urgente necessidade da sociedade de superar essa barreira para lidar com questões de sexualidade, pois, a educação sexual contribui significativamente na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, e busca a inclusão social das pessoas menstruantes em diversas áreas da sociedade. Segundo o documento intitulado “Recomendações para Implementação de Iniciativas de Promoção da Dignidade Menstrual” (UNFPA, 2023, p. 32), as escolas brasileiras têm dificuldades em trabalhar questões ligadas à menstruação e sexualidade:

Infelizmente, a realidade é que atualmente tem-se pouco conteúdo sobre a menstruação no currículo das escolas brasileiras, há pouca sensibilização e capacitação de professores(as), funcionários(as) e famílias sobre o tema. Muitos(as) jovens relatam ter recebido uma educação sexual muito pontual e tecnocrata na aula de biologia, com conteúdos normativos que tratam a sexualidade como meramente reprodutiva e carente de informações sobre a saúde ou gestão menstrual. Parece haver baixa preparação de professores(as) e funcionários(as) escolares para o acolhimento, a orientação e instrução as meninas e pessoas que menstruam, por vezes, limitando-se a reproduzir preconceitos, desinformação, estigmas, tabus e concepções machistas aprendidos por meio da cultura, o que contribui para a exclusão social de meninas e pessoas que menstruam.

Em conclusão, percebe-se que o desconhecimento acerca da pobreza menstrual está relacionado à dificuldade de abordar temáticas mais amplas como a sexualidade e as desigualdades de gênero. Por consequência, há fragilidades no diálogo sobre a pobreza menstrual, menstruação e sexualidade. Sobre isso, Eliane Rose Maio, Márcio de Oliveira e Reginaldo Peixoto (2020), por meio de um estudo de revisão da literatura, afirmam que a pressão religiosa e moral, que parte da sociedade, impede o diálogo sobre gênero e educação sexual nas escolas. Um exemplo disso foi a pressão exercida por grupos que utilizam argumentos religiosos e moralistas, no sentido de retirar a palavra gênero dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento de 1997, que se destina a orientar a educação no Brasil.

Os PCNs (Brasil, 1997, p. 83) destacam que a escola tem autonomia para abordar diferentes pontos de vista, valores e crenças, auxiliando as alunas e os alunos com

informações que contribuam em seu processo de amadurecimento. No entanto, não ficam declaradas no documento as temáticas específicas sobre os conteúdos direcionados à educação sexual e à educação menstrual, o que pode refletir na insegurança e sentimentos de medo e resistência das professoras e professoras. Considerando o relato geral das(os) participantes da pesquisa, percebe-se nas entrevistas o reconhecimento da importância de trabalhar a temática da menstruação e da educação sexual, como um conteúdo essencial para o desenvolvimento e saúde das(os) estudantes, muito embora esse reconhecimento seja atravessado pelo viés cultural, social e religioso. A professora Violeta (informação verbal) ressalta o sentimento de medo da reação dos pais quando ela aborda conteúdos relacionados à reprodução humana: “Tu vais usar tuas aulas, tu está livre para trabalhar. O problema é que os pais podem reclamar se eles quiserem. Graças a Deus nenhum veio reclamar, mas eu tive muito medo”.

Frente ao exposto, infere-se que esse processo seja causado por diversos fatores, como, as estruturas sociais e os tabus acerca da temática, que chegam até a escola através do comportamento silencioso das alunas e alunos e das professoras e professores. Enquanto estudantes menstruantes evitam falar sobre a menstruação, as professoras e os professores, pela falta de acesso à informação, não desenvolvem espaços para dialogar na escola, não se sentem amparados pelo currículo escolar e apresentam medo diante da necessidade de discutir questões ligadas à sexualidade com as alunas e os alunos. Ainda, quando abordam a temática, o corpo da pessoa menstruante é reduzido ao corpo feminino e à reprodução.

Esse conjunto de posturas contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero, que impedem o acesso de estudantes à educação sexual e sobre dignidade menstrual. Nesse sentido, é imprescindível que a educação menstrual dentro da escola esteja atrelada não apenas à distribuição de absorventes, mas também à educação sexual, à saúde e aos direitos humanos. Para isso, faz-se necessário apostar numa formação de professoras, professores e equipe escolar como um todo, de modo a sensibilizá-los a contribuir de forma efetiva no combate à pobreza menstrual. Nesse sentido, o estudo de Ana Isabel Sodré Lima *et al.* (2023) destaca a falta de informações como uma forma de perpetuar mitos e estigmas que envolvem o tema. Assim, mesmo que estudantes menstruantes tenham acesso a materiais de higiene menstrual, a menstruação segue sendo fonte de constrangimentos.

Na perspectiva da educação sexual, Marín e Cassiani (2021) propõem uma leitura crítica do ensino da menstruação, avançando as fronteiras do biológico e buscando incluir a discussão sobre os efeitos das relações de poder sobre os corpos e a importância dos direitos humanos e da justiça social. Assim sendo, a educação sexual pode ser um importante dispositivo, desde que saia de uma abordagem médico-higienista, moral, religiosa e conservadora, não se reduzindo a uma leitura baseada no determinismo biológico (Jimena Furlani, 2017). Tal perspectiva é corroborada por Guacira Lopes Louro (2018) que refere que a educação frequentemente reduz o debate em torno da sexualidade à natureza ou à biologia, o que as coloca numa posição de domínio de saber.

Reflexos da desigualdade de gênero no contexto escolar como dificultador do combate à pobreza menstrual

O conceito de gênero abarca todas as formas de construção social, cultural e linguística. Esse conceito visa enfatizar as peculiaridades de cada gênero, reconhecendo as construções que moldam as percepções e expectativas em torno de mulheres e homens. Essa compreensão, portanto, ultrapassa as diferenças biológicas e reconhece a influência significativa do contexto social, cultural e linguístico na definição de identidade de gênero (Maio; Oliveira; Peixoto, 2020).

Por sua vez, a desigualdade de gênero, está relacionada a características enfatizadas que resultam em inúmeras disparidades que geram discriminações e injustiças fundamentadas em normatizações acerca do gênero (Cândido; Saliba, 2022). Portanto, a relação entre o conceito de gênero e a desigualdade de gênero reside no fato de que a construção social dessas diferenças é frequentemente usada na tentativa de reduzir a participação não somente feminina, mas também de pessoas da comunidade LGBTQIA+ em diferentes espaços da sociedade. A tentativa de justificar que tais pessoas são menos capazes, mais fracas, menos qualificadas, é um dos comportamentos adotados como forma de controle, prevalecendo o domínio dos homens.

Nesta pesquisa, foi possível perceber que os tabus associados à menstruação atuam como fatores de preconceito e discriminação sobre as pessoas menstruantes, contribuindo com as formas de controle social. Por isso, algumas(uns) entrevistadas(os) comentaram que seria importante que o assunto fosse desmistificado também entre os

homens, pois eles carecem de informações sobre o ciclo menstrual e, por isso, podem reproduzir mais fortemente o machismo. Um professor, assim, destacou:

Apesar das meninas reproduzirem o machismo também, mas eu acho assim, que é necessária uma fala sobre menstruação para os meninos, até por não ser do universo deles. Essa questão não é no corpo deles. Eu acho interessante a gente direcionar a fala para os meninos (Cravo, informação verbal).

A declaração do professor Cravo evidencia a percepção das estruturas sociais, que são reproduzidas por todos nós. Por outro lado, ele destaca que o diálogo na escola seria interessante tanto para meninas, meninos, quanto para professoras e professores, com a intenção de reduzir a perpetuação da abordagem machista. Ele destaca também a justificativa de que muitas vezes os meninos não compreendem a menstruação por ela ser tomada através do ponto de vista fisiológico e biomético. O que chama atenção é o termo utilizado pelo professor, “universo feminino”, que induz ao pensamento de que são universos separados, como se somente as mulheres menstruassem e, por sua vez, os homens estivessem alheios à menstruação, o que reforça o pedido de integração dos meninos e homens sobre assuntos da menstruação.

Outro fato que se relaciona com a falta de integração dos homens com a temática da menstruação foi percebido no relato de outro professor, que declarou não perceber o momento em que estudantes buscam o absorvente entregue pela escola. Isso leva a pensar que a falta de conhecimento sobre a pobreza menstrual diminui a sensibilidade na percepção das professoras e dos professores nos momentos de acesso ao absorvente. Segundo eles, há uma discriminação por parte de estudantes menstruantes nestas situações, que as tornam praticamente imperceptíveis.

Pode-se pensar, considerando a questão de gênero, que, ao longo da história, as pessoas menstruantes sofrem opressão pela sociedade em razão da menstruação e, ainda hoje não se sentem acolhidas pelo sexo masculino. Os reflexos dessa opressão, ainda repercutem nos dias de hoje como estigmas que reproduzem um silenciamento sobre os efeitos da menstruação. Motta e Brito (2022) afirmam que a pobreza menstrual é causada pela disparidade de gênero, e enquanto não houver o reconhecimento das necessidades e da condição da pessoa que menstrua, não haverá justiça social. É dessa forma que a discussão sobre a pobreza menstrual e menstruação deve incluir todos os gêneros, para promover espaços de desconstrução de tabus através de informações que contribuam para a equidade de gênero.

O sangue menstrual denuncia a entrada na puberdade, que por sua vez, revela a maturidade do corpo que menstrua e sua sexualidade. A menstruação que é um fenômeno fisiológico para as pessoas menstruantes, foi oculto e silenciado até mesmo entre as mulheres. Um dos entrevistados revela que não recorda em qual momento de sua vida teve o primeiro contato com o assunto da menstruação, acreditando ser na infância: “Pois é, eu acho que é um assunto que acaba sendo mais importante para as mulheres. Não que não seja para todos, mas para as mulheres ainda mais” (Alecrim, informação verbal).

Ao afirmar que o assunto da menstruação é mais importante para as mulheres, o professor revela uma perspectiva fixa e cristalizada de que a menstruação demarca somente corpos femininos. Além de naturalizar a menstruação, associando-a unicamente ao corpo feminino, a percepção de que o assunto da menstruação é mais importante para as mulheres pode refletir uma tendência cultural que coloca a responsabilidade e a relevância das discussões sobre saúde menstrual de maneira desproporcional sobre as mulheres, bem como denuncia a separação entre o que seria considerado assunto importante para mulheres e para homens. Por fim, a fala do professor Alecrim parece demonstrar a estrutura onde homens não consideram a menstruação um assunto importante, o que fortalece o ciclo da disparidade de gênero.

A postura silenciosa apresentada por estudantes ao retirar os absorventes distribuídos gratuitamente pode estar revelando o constrangimento sentido em torno da menstruação. Tal constrangimento, associado a estigmas, tabus e ao preconceito de classe e gênero sofre um incremento quando a pessoa menstruante precisa comunicar aos professores, homens, e ou, e à direção escolar, que não possui absorventes, entre outros produtos de higiene menstrual (UNFPA, 2023). Nessa perspectiva, a fala do professor Cravo (informação verbal) aponta para os efeitos nocivos de uma prática conservadora na escola, que tende a manter o padrão de silenciamento: “Da escola, eu vejo assim que a gente tem uma prática muito conservadora”.

A educação conservadora muitas vezes reforça estereótipos de gênero, padrões tradicionais e hierarquias sociais, contribuindo assim para a manutenção de desigualdades estruturais (Maio; Oliveira; Peixoto, 2020). O relato do professor Cravo destaca essa problemática através das práticas pedagógicas, currículos e interações cotidianas, em que a preocupação da escola reside na passagem de conteúdos de forma pragmática. Por consequência, a instituição de ensino pode, sem perceber, reproduzir

valores e normas que refletem uma visão tradicional, produzindo e perpetuando as desigualdades de gênero.

Além disso, a educação conservadora também pode limitar o acesso a conteúdos diversificados, como o diálogo sobre a menstruação e a educação sexual, restringindo as possibilidades de compreensão, os questionamentos e as decisões a serem tomadas pelas(os) estudantes sobre seus corpos. Essa limitação tende a reproduzir as desigualdades de gênero presentes na sociedade, mantendo as pessoas menstruantes em posições passivas, de aceitação e de dominação. Tais estereótipos de gênero, não raramente, reforçam e agravam ainda mais as condições de vulnerabilidade enfrentadas por tais estudantes (Dariana Maria Silvino; Tázia Renata Peixoto Godim Henrique, 2017). Sobre isso, Lima *et al.* (2023) referem que a pobreza menstrual, por ser uma problemática que atinge pessoas menstruantes e pertencentes a classes socioeconômicas menos favorecidas, acaba por contribuir para reproduzir as iniquidades de gênero, raça e classe social.

A pobreza menstrual não só contribui com a manutenção da desigualdade de gênero, como também é reproduzida por conta das iniquidades de gênero. Para Motta e Britto (2022), a disparidade de gênero amplia a precariedade e fragilidade, principalmente no acesso de informações e produtos de higiene menstrual, ocasionando constrangimentos e impactos negativos na saúde, evasão escolar e no trabalho. Nessa perspectiva, o estudo de Lima *et al.* (2023) aponta que as inseguranças, a vergonha e as sensações de constrangimento, associadas à menstruação estão intimamente relacionadas ao absenteísmo escolar.

A discussão sobre a construção histórica e cultural das relações sociais, especialmente no contexto de gênero, é fundamental para a compreensão de como as normas e os papéis fixos de mulheres e homens são estabelecidos e perpetuados na sociedade. A ideologia patriarcal refere-se a um sistema de crenças, valores e práticas que perpetuam a supremacia masculina e a subordinação feminina como se elas fossem naturais e inevitáveis. Conforme afirmam Silvino e Henrique (2017), a ideologia patriarcal fundamenta-se num determinismo biológico, naturalizando e estereotipando os papéis sociais sobre o que é ser menino e menina. Isso, por sua vez, reforça as relações de dominação e poder e inferiorização.

Neste trabalho, foi possível perceber que um viés que produz e reproduz desigualdades de gênero, ainda se faz presente na educação. A desinformação, a perpetuação de tabus, as posturas silenciosas e de resistência ao assunto da menstruação,

a divisão de assuntos de forma sexista, a interferência das religiões e a reprodução de sentimentos negativos sobre a menstruação, são alguns dos exemplos do quanto as estruturas presentes na educação, de um modo geral, podem contribuir para oprimir e negligenciar as necessidades do corpo menstruante, em busca de controle.

Mesmo que estudantes menstruantes das duas escolas participantes tenham acesso à infraestrutura adequada no ambiente escolar e acesso ao absorvente, as professoras e os professores evidenciam em suas falas a naturalização da associação da menstruação ao corpo feminino, a precariedade de informações e a necessidade de políticas de educação menstrual e sexual, pois permanecer apenas da lógica da distribuição de absorventes pode contribuir para uma espécie de acordo de silenciamento da menstruação e de desigualdade de gênero. Além disso, este estudo aponta que nem todas as professoras e os professores conhecem o Programa de Distribuição e as Leis de distribuição de absorventes. Com a política de educação sexual, o Programa de distribuição municipal ganha força no combate à pobreza menstrual, desigualdade de gênero e não corre risco desta medida local cair em desuso.

Nessa perspectiva, para reduzir a dominação, exploração e opressão, é crucial desafiar as estruturas patriarcais. Isso envolve não apenas a mudança de atitudes individuais, mas também a transformação coletiva em instituições e sistemas sociais, para garantir que todos tenham a oportunidade de exercer plenamente seus direitos e liberdades, independentemente do gênero.

Considerando a diversidade estruturante da sociedade brasileira, o reconhecimento das desigualdades de gênero não é apenas um compromisso ético, mas um direito irrenunciável. Segundo o professor Girassol (informação verbal): “a escola exerce uma função social”. Sendo assim, discutir sobre a menstruação, educação sexual e desigualdade de gênero no contexto escolar é sem dúvida desafiador nos últimos anos. Por esta razão, a escola possui a responsabilidade de exercer a educação sem divorciá-la das experiências humanas, considerando os aspectos históricos, culturais e sociais.

Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo discutir os desafios da escola diante da pobreza menstrual, considerando a percepção de professoras e professores de escolas públicas. Os resultados apontaram que as(os) entrevistadas(os) carecem de conhecimento sobre as leis vigentes que promovem o combate à pobreza menstrual e

sobre os procedimentos internos da escola quanto à distribuição de absorventes. Eles também revelam a predominância de um discurso que mantém fixa a associação da menstruação com o corpo feminino. Estas carências implicam na incapacidade de identificar as necessidades das pessoas menstruantes e de acolhê-las em situações em que a menarca e a menstruação ocorrem dentro do território escolar.

A fragilidade de diálogo na escola sobre a pobreza menstrual, assim como sobre a temática da menstruação é causada por fatores estruturais, sociais, tabus e desigualdade de gênero. A resistência das professoras e dos professores em abordar questões relacionadas à sexualidade e a ausência de amparo pelo currículo escolar contribuem para a disparidade de gênero, impedindo a educação e a informação das(os) estudantes menstruantes sobre os direitos que resguardam a dignidade menstrual. Portanto, destaca-se a importância da implementação de políticas públicas que incluam educação menstrual na escola, concomitantemente à distribuição de absorventes. Além disso, é essencial investir na capacitação de toda a comunidade escolar para combater efetivamente a pobreza menstrual, reconhecendo que apenas a distribuição de absorventes sem uma abordagem educativa pode resultar em silêncio.

Ademais, a principal contribuição deste trabalho é dialogar sobre a importância de um mundo onde as necessidades das pessoas menstruantes sejam reconhecidas e acolhidas. Para isso, faz-se necessário promover a consciência dos seus direitos e garantir, através da educação escolar, da promoção da dignidade menstrual o incentivo a sua participação em diferentes esferas da sociedade. É imprescindível que a escola assuma a sua função social.

Finalmente, entende-se que a desigualdade de gênero é um fator que gera pobreza menstrual, e que por vezes, a pobreza menstrual também mantém a desigualdade de gênero. Conclui-se que a distribuição de absorventes no contexto escolar, contribui de forma paliativa, podendo ter um efeito de manter a cultura do silêncio, se não for aplicada, concomitantemente, uma política de educação menstrual. Além disso, destaca-se a importância de capacitações para a equipe escolar, incluindo homens e mulheres, visando à desconstrução de tabus e crenças relacionados à menstruação, para reduzir a disparidade de gênero.

Referências

ASSAD, Beatriz Flugel. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. *Revista Antinomias*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 140-160, 2021. Disponível em: <https://antinomias.com.br/index.php/revista/article/view/21/21>. Acesso em: 07 jan. 2024.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 3. ed. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília, DF: MEC, 1997. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/pluralidade.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais*. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 21 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2021. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2011.432-2023?OpenDocument. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.432, de 8 de março de 2023. Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11432.htm. Acesso em: 01 fev. 2024.

CAMPO BOM. *Ata nº: 1113 - PL 073/2021*. Institui o Programa Municipal de Fornecimento de Absorventes Higiênicos na rede municipal de ensino, e dá outras providências. Campo Bom: Câmara de Vereadores, 2021. Disponível em: https://legis.camaracb.rs.gov.br/pdf.view.php?filename=redacao_original&url=uploads/6173.pdf. Acesso em 07 jan. 2024.

CÂNDIDO, Ana Carolina Davanso Oliveira; SALIBA, Maurício Gonçalves. Interseccionalidade e a dignidade menstrual: um diálogo fundamental no combate às desigualdades. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)*, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1288>. Acesso em: 01 fev. 2024.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Dignidade menstrual é tema de debate*. Brasília, DF: UNFPA, 2022. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt->

br/news/dignidade-menstrual-%C3%A9-tema-de-debate#:~:text=O%20estudo%20%E2%80%9CPobreza%20Menstrual%20no,de%20cuidados%20menstruais%20nas%20escolas. Acesso em: 14 ago. 2024.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Recomendações para implementação de iniciativas de promoção da dignidade menstrual*. Brasília, DF: UNFPA, 2023. Disponível em: https://brasil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/recomendacoes-dig-menstrual_v2.pdf. Acesso em: 07 jan. 2024.

FURLANI, Jimena. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Autêntica, 2017.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOOKS, bell. "Eros, erotismo e o processo pedagógico". In: Guacira Lopes Louro (Org.) *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999: 113-123.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA, Ana Isabel Sodré *et al.* Pobreza menstrual entre adolescentes de uma escola estadual em Rio Verde – Goiás. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 12, n. 5, e15112541629, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i5.41629>. Acesso em: 20 ago. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 62–70, 2018. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/31>. Acesso em: 17 dez. 2024.

MAIO, Eliane Rose; OLIVEIRA, Márcio de; PEIXOTO, Reginaldo. Discussão sobre gênero nas escolas: ações e resistências. *Retratos da Escola*, [s. l.], v. 14, n. 28, p. 57-74, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v14i28.1083>. Acesso em: 01 fev. 2024.

MARÍN, Yonier Alexander Orozco; CASSIANI, Suzani. Como seria o mundo se os homens cisgêneros também menstruassem? Outras abordagens sobre a menstruação no ensino de ciências e biologia. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 14, n. 22, 2021. Acesso em: 16 dez. 2024.

MIIRO, George *et al.* Saúde menstrual e absenteísmo escolar entre meninas adolescentes em Uganda (MENISCUS): um estudo de viabilidade. *Saúde da mulher BMC*, [s. l.], v. 18, p. 1-13, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s12905-017-0502-z>. Acesso em: 07 jan. 2024.

MOTTA, Monica Carolina Carvalho; BRITO, Mariana Alves Peixoto da Rocha. Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. *Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 33-54, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/conflu.v24i1.53627>. Acesso em: 07 jan. 2024.

OLIVEIRA, Viviane Caroline de *et al.* Acceso y prácticas de higiene menstrual en América Latina: revisión de alcance. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 31, p. e4028, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.6736.4028>. Acesso em: 07 jan. 2024.

SHIRAISHI, Leticia Sayuri *et al.* Pobreza menstrual e políticas públicas no Brasil. *Brazilian Journal of Development*, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 10715–10729, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43943>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SILVINO, Dariana Maria; HENRIQUE Tázia Renata Peixoto Godim. A importância da discussão de gênero nas escolas: uma abordagem necessária. In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017, São Luís. *Anais [...]*. São Luís: UFMA, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/aimportanciadadiscussaodegeneronasescolasumaabordagemnecessaria.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

VIEIRA, Lorena Marques Heck de Piau; LOPES, Luíza Pereira; CARVALHO, Maria Gabriela Ferreira. Pobreza menstrual: uma questão de saúde pública. *Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde*, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 161, 2021.

WILLIG, Caroline Luiza; SCHMIDT, Saraí Patrícia. “Tá de Chico?”: estigmas da menstruação na mídia e no território escolar. *Diversidade e Educação*, Rio Grande, v. 12, n. 1, p. 26-50, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/de.v12i1.16050>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ZALLOCCO, Ornela. Lo cuir de la menstruación en las aulas. *Revista de Educación*, Año X, n. 18, p. 233-250, 2019.

Recebido em setembro de 2024.

Aprovado em dezembro de 2024.